

## **Resumo: Sem Terra, ‘Assentados’, ‘Agricultores familiares’: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros**

**Leonilde Servolo de Medeiros**

**Amanda D. Martin e Simael Rosim**

**Com contribuições dos grupos e do professor**

**O sindicalismo rural e a constituição dos “trabalhadores rurais” como categoria política:** Os trabalhadores do campo passam a ocupar espaço no cenário político a partir dos anos 50, através das lutas pelo direito à terra. O processo organizativo em curso permitia unificar as demandas dos “camponeses” e reuni-los em uma categoria. Nesse processo tiveram um importante papel o Partido Comunista Brasileiro, as Ligas Camponesas e, enfim, a Igreja Católica, no início dos anos 60.

A regulamentação sindical dos trabalhadores do campo se concretizou em 1963, graças à criação da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. No ano seguinte, com o golpe militar, a CONTAG sofreu restrições, passando sobretudo a desenvolver uma ação assistencialista, sem desempenhar um papel de representação política dos trabalhadores rurais.

No final dos anos 70, a CONTAG passa pouco a pouco a atuar na articulação e organização política dos vários e dispersos sindicatos de trabalhadores rurais, com demandas por reforma agrária e direitos trabalhistas. A CONTAG foi porta-voz de um amplo e diversificado segmento, implicando em disputas internas. A concorrência com o sindicalismo patronal marca também a ação da CONTAG desde então. As campanhas dos assalariados rurais e a luta pela reforma agrária constituem uma importante referência nacional para os trabalhadores rurais.

Porém, sua prática sindical neste período é objeto de muitas críticas, particularmente formuladas pelos adeptos da Teologia da Libertação. A propósito, a criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra constitui um marco maior da história do sindicalismo dos trabalhadores rurais brasileiros. Ela será uma base fundamental para a consolidação das “oposições sindicais”, sob a denominação de um “novo sindicalismo”. Criou-se assim um importante campo de disputa, representado pelos “rurais da CUT” (Central Única dos Trabalhadores, fundada em 1983) e CONCLAT (Confederação Nacional das Classes Trabalhadores, CONCAL, com a qual a CONTAG se alinha). Esse processo ofereceu mais visibilidade para os problemas do campo no debate político nacional. Pouco a pouco, os trabalhadores rurais passam em alguma medida a escapar das malhas do poder local e do isolamento político graças ao reforço de suas organizações.

**Transformações no campo e emergência de novas identidades e formas organizativas:** O desenvolvimento das “oposições sindicais” foi também resultado da crítica contra a modernização da agricultura, nos anos 70 e 80, que desenhou novas demandas dos trabalhadores rurais. Por outro lado, uma nova identidade política emergia com a grande energia em torno do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. A partir de então, este movimento levanta mais alto a bandeira da reforma agrária (bandeira sempre associada à identidade de “trabalhador rural”). O MST questiona as ações sindicais em relação aos conflitos fundiários e a estrutura organizativa dos sindicatos. O movimento transforma as ocupações em estratégia política para conquistar suas demandas.

Para os pequenos produtores, esse processo de modernização culminou na pauperização, em razão dos endividamentos ou dos insucessos dos projetos de colonização públicos (Norte e Centro-Oeste). Muitos regressaram para sua terra de origem, formando um contingente que foi mobilizado para formar acampamentos desde o final dos anos 70. Produtores de soja e trigo também se manifestaram para exigir uma política que beneficiasse também os “pequenos”. Grande parte dessas manifestações deram origem a diferentes movimentos da categoria “trabalhador rural” (empregado rural, fumicultores, suinocultores, etc.) e diferentes formas de se organizar, em cooperativas, associações de caráter local, o que permitia responder de maneira mais adequada a problemas relativos à produção e comercialização.

Novos temas de debate também emergem nos sindicatos: mulheres trabalhadoras rurais, formação, jovens e população idosa. Convém explicitar aqui os tipos de debates que se desenvolvem em torno destes temas. As

mulheres, jovens e idosos do campo foram contemplados de modo distinto quanto às suas formas de reivindicação, de pressão política e de organização. No caso das mulheres, podemos citar o caso do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil), que emergiu, em grande medida, sob a influência da Comissão Pastoral da Terra e da Pastoral da Juventude. As lutas centrais do que hoje conhecemos como movimento de mulheres camponesas, nesse início de processo, diziam respeito ao reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais no que se refere à sua profissão, aposentadoria, salário-maternidade, sindicalização e participação política. A ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais) nasce como consequência, em 1995, do fortalecimento dos movimentos de mulheres nos estados, da instituição de comissões de mulheres nos movimentos do campo (e da cidade) e do desejo de ampliação e unificação das lutas. Esse processo de articulação e fortalecimento foi marcado por acampamentos estaduais e nacionais e também por mobilizações, além da comemoração de datas marcantes de modo a dar grande visibilidade às lutas das mulheres. Assim ocorrem grandes eventos no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e no dia 12 de agosto, morte de Margarida Alves, quando se lembra de luta contra a violência no campo.

Na perspectiva do fortalecimento da luta, o MMC integra a Via Campesina e também se articula com outros movimentos internacionais, como a Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo (CLOC). Através dessa articulação, ganha espaço também o debate sobre formação política e sobre a educação. Nesse aspecto, a posição do movimento defende a educação sob a perspectiva freireana, com destaque para as questões em torno da liberdade, autonomia e empoderamento das mulheres e jovens do campo. Nesse sentido, ganha espaço também a discussão sobre a educação na reforma agrária (resultando no Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e sobre os idosos do campo (com a implantação de um sistema mais favorável aos aposentados rurais com a Constituição de 1988).

A este respeito, até a Constituição de 1988, a obtenção do benefício rural de aposentadoria por idade exigia que o trabalhador rural completasse 65 anos (como também para o trabalhador urbano do sexo masculino). O benefício era limitado ao “cabeça” do casal. Os valores das aposentadorias rurais eram de 1/2 salário mínimo, exceto para as aposentadorias por invalidez e por acidente de trabalho, que equivalia a 3/4 do salário mínimo. O benefício de pensão tinha um valor ainda inferior, dependendo do tamanho da família. A Constituição estabeleceu um maior equilíbrio entre a aposentadoria rural e aquela urbana.

**Os “sem terra” e a revitalização do debate sobre reforma agrária:** Ao longo de sua história, o MST se impôs como porta-voz da defesa da reforma agrária no Brasil. Não se limitou ao campo político, mas expandiu suas ações no final da década de 80, estimulando formas de produção cooperada, estabelecendo escolas nos assentamentos e expandindo o movimento através do autofinanciamento ou da disputa de recursos do Estado. Sua ação influenciará o sindicalismo dos trabalhadores rurais desde o final dos anos 1980.

**“Assentados”:** **novos atores, novos temas:** A luta por terra provocou o aumento do número de assentamentos. Segundo INCRA, de 1985 e 1998, cerca de 287 mil famílias beneficiadas. Os assentados passam a ter acesso a seus direitos (crédito, situação social e jurídica estável). Mas continua a existir muita precariedade, falta de assistência técnica e de infraestrutura nesses assentamentos. De todo modo, estes últimos geram novas relações de poder nas localidades e altera as relações sociais. No que diz respeito ao comércio local, essa nova população dinamiza o mercado pela venda direta e outras iniciativas, criando novas possibilidades de desenvolvimento local.

**Agricultores familiares:** Nos anos 90, houve um rearranjo de posições dentro do sindicalismo dos trabalhadores rurais. A CONTAG passa a privilegiar a defesa da agricultura familiar como base de um projeto alternativo de desenvolvimento rural. Experiências familiares localizadas como alternativa para a produção; novas lideranças sob influência da teologia da libertação, crescente debate internacional sobre a importância econômica e social da agricultura familiar favorecem esta escolha política. Assim, o agricultor familiar assume papel de destaque no debate político no meio sindical, o que leva a temas, como as vias alternativas de comercialização, formas de produção cooperadas, constituição de agroindústrias familiares e implicações das escolhas tecnológicas. A mobilização dos trabalhadores rurais, pelos sindicatos, realizando protestos e mobilizações como o “Grito da Terra” e os programas de

apoio público à agricultura familiar, estando em primeiro lugar o PRONAF tornam mais visíveis a defesa da agricultura familiar.

**Estado, reforma agrária, agricultura familiar:** Esse processo de intensas mobilizações no campo e de disputas de projetos de desenvolvimento culminou em mudanças importantes na configuração do Estado (criação do Ministério Extraordinário dos Assuntos Fundiários (hoje Ministério do Desenvolvimento Agrário). Entre os principais episódios em torno deste processo, destacam-se os massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado de Carajás (1996). O primeiro foi um violento conflito ocorrido em agosto de 1995 no município de Corumbiara, estado de Rondônia. Policiais se confrontaram com cerca de 600 camponeses que haviam se mobilizado para ocupar a Fazenda Santa Helena, um latifúndio considerado improdutivo. No confronto, morreram 16 pessoas, incluindo uma criança de 9 anos e 2 policiais. Tal chacina ocorreu no governo de Valdir Raupp e, em 2013, foi concedida anistia aos camponeses e policiais envolvidos no episódio. No caso do massacre em Eldorados dos Carajás no Pará em 19 de abril de 1996, o conflito ocorreu quando policiais atacaram os trabalhadores sem-terra que marchavam em protesto contra a demora da desapropriação da Fazenda Macaxeira. A missão da polícia militar era desobstruir a rodovia BR-155. Para tal, o número de mortes chegou a dezenove. Dos 155 policiais envolvidos no episódio, apenas o coronel Mario Pantoja e o major José Maria Pereira foram presos. Estes assassinatos levaram o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso a criar o Ministério da Reforma Agrária. Ademais, 19 de abril se tornou o Dia Internacional das Lutas Camponesas. No final dos anos 90, o Estado sob o governo de Fernando Henrique Cardoso procurou implementar medidas para disciplinar as desapropriações de terras com o afastamento do MST destes processos. Por outro lado, neste governo o PRONAF ganhou uma dimensão cada vez maior, tendência que teve continuidade nos governos posteriores do Partido dos Trabalhadores. Neste quadro, convém também apontar para uma outra tendência, aquela de descentralização dos programas com mais responsabilização de instâncias administrativas locais, o que leva os movimentos sociais a um aprendizado sobre as possibilidades de fazer política no âmbito local com vistas a outro modelo de desenvolvimento para o campo.